



Súmula do Despacho-Normativo n.º 3-A/2019 de 26 de fevereiro

(com as alterações da *Declaração de Retificação n.º 377/2019 de 29 de abril*) na perspetiva das

**Provas de equivalência à frequência \***

**Artigo 11.º**

**4** - As provas de equivalência à frequência são realizadas, no ano terminal das disciplinas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, por alunos autopropostos que reúnam as condições fixadas nos artigos 12.º e 14.º (*Verificar Quadro I do Despacho*)

**Artigo 23.º**

Elaboração e realização das provas de equivalência à frequência

**1** - As provas de equivalência à frequência são elaboradas a nível de escola, sob orientação e responsabilidade do conselho pedagógico, com observância do seguinte:

- a)** Ao departamento curricular compete elaborar e propor ao conselho pedagógico a Informação -Prova de Equivalência à Frequência de cada disciplina dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, constantes dos Quadros V, VIII e X cuja estrutura deve ter por referência a Informação -Prova elaborada pelo IAVE, I. P., para as provas finais e exames finais nacionais, devendo contemplar: objeto de avaliação, características e estrutura, critérios gerais de classificação, duração e material autorizado;
- b)** Após a aprovação pelo conselho pedagógico, a Informação –Prova de Equivalência à Frequência de cada disciplina deve ser afixada em lugar de estilo da escola até um mês antes da data fixada, no calendário de provas e exames, para o início do período de realização das provas de equivalência à frequência;
- c)** Ao diretor da escola compete assegurar a constituição das equipas de elaboração das provas de equivalência à frequência;
- d)** Cada equipa é constituída por três professores, devendo o diretor nomear um dos elementos como coordenador, o qual deve ser selecionado entre os que estejam a lecionar o programa da disciplina;
- e)** Ao coordenador de equipa compete assegurar o cumprimento das orientações e decisões do conselho pedagógico;



- f) O enunciado da prova deve conter as respetivas cotações;
- g) Após a realização de cada prova pelos alunos, os enunciados e respetivos critérios específicos de classificação devem ser afixados em lugar de estilo da escola.

**2** - As componentes orais e práticas das provas de equivalência à frequência são prestadas pelos alunos perante a presença de um júri.

**3** - Os júris das componentes orais e práticas são constituídos por três docentes, devendo, pelo menos, dois deles ter habilitação para a docência da disciplina e ou a terem lecionado, pelo menos, em um dos dois últimos anos letivos.

**4** - No caso de número reduzido de alunos, por agrupamento de escolas, pode o respetivo diretor decidir a realização destas provas apenas numa das escolas pertencentes ao agrupamento.

**5** - Diferentes agrupamentos de escolas que lecionem uma mesma disciplina podem associar-se para a elaboração conjunta das provas de equivalência à frequência.

**6** - Para a operacionalização do referido no número anterior, os agrupamentos de escolas associados devem comunicar a sua pretensão à respetiva delegação regional do JNE, e proceder da seguinte forma:

- a) A Informação-Prova de Equivalência à Frequência é elaborada em articulação pelos departamentos curriculares dos agrupamentos de escolas associados, sendo aprovada pelos respetivos conselhos pedagógicos;
- b) A Informação-Prova de Equivalência à Frequência é afixada em cada uma das escolas onde se realizam as provas, no prazo definido na alínea b) do n.º 1;
- c) As provas são elaboradas por uma equipa que envolva professores dos agrupamentos de escolas associados;
- d) Os enunciados das provas não devem fazer referência a nenhuma das escolas;
- e) A realização das provas pode concentrar -se, se for considerado conveniente, apenas numa das escolas associadas;
- f) As provas são classificadas em regime de anonimato por professores pertencentes às escolas intervenientes;



- g)** Os júris das componentes oral e prática das provas de equivalência à frequência são constituídos por três docentes desses agrupamentos de escolas;
- h)** Deve ser estabelecido um calendário comum de provas, as quais devem ter lugar na mesma data e hora em todos os agrupamentos de escolas envolvidos;
- i)** Em cada uma das escolas são afixadas as pautas de chamada e de classificação correspondentes apenas aos respetivos alunos.
- 7 -** Os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e os estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo que para determinada prova não possuam um número de professores suficiente para a constituição da equipa de elaboração e classificação dessa prova devem diligenciar no sentido de estabelecer uma associação com outras escolas, nos termos definidos nos n.os 5 e 6, dando conhecimento da solução adotada à respetiva delegação regional do JNE.
- 8 -** Em caso de impossibilidade de operacionalizar a associação referida no número anterior deve a situação ser comunicada à respetiva delegação regional do JNE, a qual diligenciará no sentido de estabelecer a associação com outros estabelecimentos de ensino, de acordo com o previsto nos n.os 5 e 6, ou, em casos excecionais, a implementação de outra solução que vise assegurar a qualidade científica e pedagógica da prova.
- 9 -** As escolas devem garantir a elaboração de duas provas de equivalência à frequência por cada disciplina constante da sua oferta curricular.
- 10 -** No caso dos 1.º e 2.º ciclos a elaboração das provas de equivalência à frequência está condicionada à existência de inscrições.

### **Artigo 24.º**

#### **Classificação das provas e exames**

- 2 -** O processo de classificação das provas de equivalência à frequência é assegurado pelas escolas e é da responsabilidade de professores que integram os respetivos grupos de recrutamento, para cada disciplina, sendo realizado sob regime de anonimato.
- 3 -** A classificação da componente oral dos exames nacionais e dos exames a nível de escola equivalentes a exames nacionais de línguas estrangeiras e a classificação das componentes oral e prática das provas de equivalência à frequência é da responsabilidade dos júris nomeados para o efeito, de acordo com o referido, respetivamente, nos artigos 22.º e 23.º



**4** - Nas provas de equivalência à frequência constituídas apenas por componente escrita compete aos professores classificadores a atribuição e lançamento em pauta da classificação final da disciplina, bem como o preenchimento e assinatura dos respetivos termos.

**5** - Nas provas de equivalência à frequência constituídas por mais de uma componente, compete aos professores classificadores e ao júri da componente oral ou prática a atribuição e o lançamento da classificação final da disciplina, bem como o preenchimento e assinatura dos termos.

**6** - Sem prejuízo do número anterior, quando os elementos do júri não puderem, por razão justificável, assinar os termos, estes deverão conter, pelo menos, a assinatura do diretor da escola e do coordenador do secretariado de exames.

### **Artigo 31.º**

#### **Material autorizado**

**2** - Nas provas de equivalência à frequência, os alunos só podem utilizar o material discriminado na Informação - Prova de Equivalência à Frequência de cada disciplina.

#### **Provas de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos — 2019**

##### **Tabela A — 1.º Ciclo do Ensino Básico**

###### **Tipo de prova e respetiva duração**

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Expressões Artísticas (23) (d)	E+P	90

(d) A prova de Expressões Artísticas é constituída por componente escrita (expressão e educação plástica) e componente prática (expressão e educação musical e expressão e educação dramática), sendo a duração de cada componente definida pela escola.

##### **Tabela B — 2.º Ciclo do Ensino Básico**

###### **Tipo de prova e respetiva duração**

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
------------	---------------	-------------------

**apem**

associação portuguesa de educação musical

---

Instituição de Utilidade Pública – filiada na ISME International Society for Music Education

---

Educação Musical (12)	P	45
-----------------------	---	----

\* Não dispensa a leitura integral do Despacho Normativo n.º 3-A/2019 de 26 de fevereiro, nomeadamente a partir dos artigos nº 32, disposições sobre irregularidades, fraudes, adaptações das provas, procedimentos de reapreciação e de reclamação, até ao final. Aconselhamos também a leitura integral da Declaração de Retificação n.º 377/2019 de 29 de abril do Gabinete do Secretário de Estado da Educação.